



**DIÁRIO**

**República Federativa do Brasil**

**DO CONGRESSO NACIONAL**

**SEÇÃO II**

**ANO XLIX - Nº 69**

**TERÇA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 1994**

**BRASÍLIA-DF**

## **SENADO FEDERAL**

### **SUMÁRIO**

#### **1 - ATA DA 67ª SESSÃO, EM 20 DE JUNHO DE 1994**

##### **1.1 - ABERTURA**

##### **1.2 - EXPEDIENTE**

##### **1.2.1 - Comunicação da Presidência**

Recebimento do Ofício nº S/50, de 1994 (nº 2.248/94, na origem), solicitando autorização para que o Governo do Estado de Minas Gerais possa emitir Letras Financeiras do Tesouro daquele Estado - LFTMG, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1994.

##### **1.2.2 - Discursos do Expediente**

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** - Elogios às campanhas antitabagismo desenvolvidas nos EUA e no Brasil.

**SENADOR MARCO MACIEL** - Relatório da Organização Mundial da Saúde alerta sobre a recrudescência da peste bubônica no Brasil. Considerações a respeito das declarações de chanceleres latino-americanos, durante recente reunião da OEA, quanto aos índices de miséria na América Latina.

**SENADOR JOSÉ FOGAÇA** - Relatando sua participação, como representante do Senado Federal, no Congresso do Parlamento Latino-Americano sobre Processos de Integração.

##### **1.2.3 - Comunicações da Presidência**

Recebimento do Ofício CT-RA nº 36/94, de 20 do corrente mês, do Sr. Magno Bacelar, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão Temporária criada nos termos do art. 33 do Regimento Interno, destinada a instruir a Representação da Mesa do Senado Federal contra o Senador Ronaldo Aragão.

Dispensa da Ordem do Dia, nos termos do art. 174, do Regimento Interno.

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 15 horas, com Ordem do Dia que designa.

##### **1.3 - ENCERRAMENTO**

##### **2 - MESA DIRETORA**

##### **3 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS**

##### **4 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

## **Ata da 67ª Sessão, em 20 de junho de 1994**

### **4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura**

#### **Presidência do Sr. Valmir Campelo**

#### **ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Afonso Camargo - Alexandre Costa - Carlos Patrocínio - César Dias - Dirceu Carneiro - Epitácio Cafeteira - Esperidião Amin - Guilherme Palmeira - João França - Josaphat Marinho - José Fogaça - José Richa - Lourival Baptista - Magno Bacelar - Mansueto de Lavor - Marco Maciel - Marluce Pinto - Maurício Corrêa - Mauro Benevides - Meira Filho - Nabor Júnior - Ronaldo Aragão - Valmir Campelo.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) - A lista de pre-

sença acusa o comparecimento de 23 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) - A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/50, de 1994 (nº 2.248/94, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, autorização para que o Governo do Estado de Minas Gerais possa emitir Letras Financeiras do Tesouro daquele Estado - LFTMG, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de

**EXPEDIENTE**  
Centro Gráfico do Senado Federal

**MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**  
**Diretor-Geral do Senado Federal**  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor Executivo**  
**LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR**  
**Diretor Administrativo**  
**LUIZ CARLOS BASTOS**  
**Diretor Industrial**  
**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**  
**Diretor Adjunto**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**  
Semestral \_\_\_\_\_ 23,53 URV

Tiragem: 800 exemplares

1994.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão, como Líder. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PFL – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> e Srs. Senadores, o mundo, especialmente o Brasil, está em clima de Copa, e hoje acontecerá, em São Francisco da Califórnia, nos Estados Unidos, o nosso batismo de fogo na disputa, talvez o jogo mais importante deste campeonato internacional de futebol, modalidade esportiva em que os brasileiros são devotados e exercitam com admirável mestria, um esporte que agita a emoção nacional.

Tenho acompanhado pelo noticiário que uma multidão de torcedores brasileiros, e também de outros países, se deslocou para os Estados Unidos com o objetivo de assistir aos jogos dos diversos países que participam desse importante campeonato mundial de futebol.

Entretanto, Sr. Presidente, os que forem assistir aos jogos em São Francisco, principalmente os brasileiros – pois o Brasil jogará ali várias vezes nesta Copa –, terão um desagradável desconforto devido à rigidez de algumas normas no Estádio de Stanford.

É que no referido Estádio, além de outros equipamentos de torcedores, como fogos de artifício e bebidas alcoólicas, não será permitido fumar. As leis americanas são bastante rígidas quanto ao hábito de fumar em locais públicos.

O Governo e a sociedade americana, nestes últimos anos, têm intensificado a luta contra o tabagismo, já comprovado como causador de grandes prejuízos e muitas doenças. Naquele país, recentemente, uma equipe de advogados entrou com uma ação coletiva de 5 bilhões de dólares contra os maiores fabricantes de cigarros, sob o argumento de que essas empresas, a partir da dosagem de nicotina nos cigarros, armaram uma conspiração para viciar os fumantes, o que tem resultado em muitas enfermidades que oneram a população e o estado.

Na Flórida, o poder público já gastou, nos últimos quatro anos, mais de 1,2 bilhão de dólares no tratamento de doenças oriundas do vício do fumo, e em vários estados os tribunais estão acolhendo ações de indenização contra fabricantes de cigarros.

Felizmente, Sr. Presidente, o mundo está tomando consciência da irracionalidade desse vício, que só traz prejuízo ao bol-

so e à saúde das pessoas, bem como à economia do país e ao Erário público, porque também onera a previdência social e a saúde pública.

No Brasil, onde ainda há 30% de fumantes e morrem 100 mil pessoas por ano em consequência do fumo, o povo está reduzindo o consumo de cigarros. Nos últimos cinco anos, o consumo de cigarros caiu 40%. De 14 bilhões de cigarros que os brasileiros queimavam por mês em 1990, passou-se a 8 bilhões em 1994, segundo dados publicados na *Veja*, edição de 15 de junho do corrente ano, a partir de informações prestadas pelos fabricantes.

Os resultados da campanha contra o tabagismo são animadores, Sr. Presidente, mas é lamentável sabermos que 30% da população é viciada e milhões de pessoas adoecem, morrem ou irão morrer padecendo de grandes sofrimentos causados por bronquites, enfisemas e, o que é pior, câncer de pulmão, que tem vitimado tanta gente.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição, com o meu pronunciamento, da notícia publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de 27 de maio do corrente ano, intitulada "Lei da Flórida cobra fábrica de cigarro por doenças de fumantes", e o artigo de autoria do escritor João Ubaldo Ribeiro, intitulado "Como deixar de fumar", publicado em *A Tarde* de ontem, 19-6-94, na Bahia, em que, na condição de comentarista designado pelo referido jornal para acompanhar a Copa do Mundo, dá o seu depoimento sobre as dificuldades que fumantes como ele têm para evitar o constrangimento e a repreensão ao tentarem fumar nos Estados Unidos, onde atualmente se encontra, e comenta que lá "não se pode fumar praticamente em lugar algum, a não ser no banheiro da própria casa e escondido da mulher".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:*

**Folha de S. Paulo – 27-5-94**

**LEI DA FLÓRIDA COBRA FÁBRICAS DE CIGARRO POR DOENÇAS DE FUMANTES**

**Fernando Canzian**  
De New York

O governador da Flórida, Lawton Chiles, assinou ontem uma lei que concede poderes ao Estado para cobrar dos fabricantes de cigarros os custos com tratamentos de doenças relacionadas ao fumo.

"Agora podemos levar o Homem de Marlboro' aos tribu-

nais", disse Chiles depois de assinar a nova lei, aprovada dias antes pela Assembléia Legislativa. A lei entra em vigor no dia 1º de julho.

Segundo o Departamento de Saúde da Flórida, o Estado gastou mais de US\$1,2 bilhão desde 1989 com tratamento de doentes que apresentaram problemas de saúde relacionados ao fumo.

O texto da nova lei, inédita nos EUA, permite que os fabricantes sejam acionados individualmente ou em grupos.

Também esta semana, 13 fabricantes de cigarros foram acionados no Mississippi para que indenizem fumantes que apresentaram doenças relacionadas ao fumo.

Os fabricantes de cigarro afirmam que a ação de classe no Mississippi terá dificuldades para provar que as doenças foram realmente causadas pelo fumo.

O governador da Flórida afirma que vai usar todas as estatísticas disponíveis no Estado sobre o impacto do cigarro na saúde para levar os fabricantes aos tribunais.

Até hoje, a indústria de cigarros nos EUA jamais foi obrigada a indenizar indivíduos que tenha apresentado problemas de saúde.

Fabricantes de outros produtos, de remédios principalmente, já começaram a reclamar que a lei aprovada ontem é abrangente demais, e que pode dar margem a outras ações que não envolvam necessariamente os cigarros.

**A Tarde - 19-6-94**

## COMO DEIXAR DE FUMAR

**João Ubaldo Ribeiro**

Para vergonha minha, apesar de já ter feito diversas tentativas, algumas delas dramáticas, ainda não consegui deixar de fumar. Acho que as únicas pessoas que ganham para mim em número de tentativas de deixar de fumar são o conselheiro Sérgio Cabral e o jornalista Henrique Caban, que deixam de fumar três vezes por semana. Eu só deixo uma vez por semana, sempre às segundas-feiras, até a terça seguinte. Mas agora tenho a satisfação de fazer chegar aos tabagistas relutantes que lêem esta coluna um método infalível para abandonar o cigarro. Admito que não se trata de um método barato, mas a julgar pelos prejuízos causados pelo cigarro, bem que valeria a pena economizar, ou então virar jornalista de esportes, como eu. Eu mesmo não o teria descoberto, se não fosse pelo fato de este jornal insistir em que tenho alguma condição de comentar a Copa do Mundo, mistério que para mim permanece insondável. Mas "ordens é ordens" e então obedeço. Eis-me, assim, nos Estados Unidos, com a missão de escrever as bobagens habituais, só que desta vez a respeito de futebol. Como, entretanto, no dia em que batusco estas linhas dominicais, ainda não houve jogo e os jogadores não querem saber de imprensa, porque somos culpados de tudo de errado que acontece com eles, o Parreira e o Zagalo, aproveito para prestar este serviço público.

Nos Estados Unidos, não se pode fumar praticamente em lugar algum, a não ser no banheiro da própria casa e escondido da mulher. Em viagens de avião internas, como as que fizemos e ainda faremos aqui, nada de cigarro. Quem fuma é visto como um doente repulsivo. Lembro do dia em que, convidado para fazer uma palestra numa universidade daqui, quis fumar e tive que arranjar uma alma caridosíssima que me acompanhasse até fora dos limites do **campus** e, entre grandes cautelas, acender o cigarro. Fiquei morto de vergonha, enquanto o bondoso amigo esperava, com uma cara entre penalizada e nauseada, que eu terminasse. E esperava a alguma distância, como se quisesse deixar claro aos passantes que não tinha nada a ver com aquele ato obsceno.

Para chegar até San José da Califórnia, onde se situa a nossa base de operações, tivemos que voar até Miami. Decidido a abandonar o feio vício, só levei comigo o restinho do maço de cigarros brasileiro que tinha comprado antes de viajar. Acabados estes, não compraria mais nenhum – o Dr. Philip Morris e o Dr. Souza Cruz não veriam mais a cor de meu dinheiro, nem eu continuaria a ter calafrios, ao ler as notícias terroristas que todos os dias saem no jornal, a respeito dos efeitos do cigarro, desde câncer no pulmão a unha encravada. Até Miami, podia fumar. Depois de fazer o transbordo em Dallas, não mais seria permitido fumar, nem no aeroporto. Contudo, depois de embarcado na entupidíssima classe econômica de um avião americano, numa cabine diante de cujo espaço as famosas celas superlotadas das prisões brasileiras seriam consideradas suítes do New York Hilton (a comidinha também é menos apetitosa que a gororoba de Carandiru), não joguei, como mandavam a consciência e o caráter, os cigarrinhos brasileiros fora. Deixei-os no bolso da camisa, de vez em quando tocando no maço, para sofrer o suplício de tântalo que merecia. Escala em Dallas, novo transbordo, desta vez para San José, nova espera no aeroporto, sem fumar. Nem no banheiro, onde experimentei tirar o maço do bolso só para dar uma olhada nele e um segurança me olhou como se eu fosse Jack, o estripador.

No voo para San José, achei que a mão da providência estava me ajudando. Consegui inexplicavelmente me mandar trabalhar num país em que, dentro em breve, será proposto o enforcamento público dos fumantes. Sabia que, no hotel, também só me deixariam fumar na ala dos fumantes, que quase sempre é encarada como um dos leprosários de antigamente. Mas, confesso, achei que daria minhas últimas tragadas na rua em frente ao hotel, ou com o pescoço para fora da janela, embuçado atrás das cortinas. Aí foi que meu método foi descoberto. O eureka aconteceu logo depois da refeição (filé de poliuretana com batatinhas de borraça e um doce cuja origem prefiro ignorar), depois da qual, heróicamente, tomei um café, que é o nome que os americanos dão a uma água escura de sabor amargo, que, para um brasileiro, parece chá de pena de urubu. O serviço, num avião outra vez superlotado e com poltronas destinadas a humilhar os fundilhos do Jô Soares (humilharam os meus, que estão longe de atingir a opulência soaresiana), levou praticamente todo o tempo do voo, até porque, qualquer pessoa que quisesse ir ao banheiro (dois banheiros, para uns 200 ou 300 passageiros), bloqueava toda a aeronave e havia várias senhoras, não sei por que, com problemas diuréticos, principalmente uma jovem de aspecto oriental, que tinha contorções aflitas na fila e uma senhora de sotaque texano que envergava um macacão, indumentária, suponho eu, que causa problemas técnicos na hora da verdade.

Estou eu, calmo como Buda, pensando nas altas questões que sempre preocupam os intelectuais (neste caso lembrar se eu tinha trazido meu canivete suíço, sem o qual fica difícil sobreviver mais que cinco dias num hotel do exterior), quando repentinamente ouço um grito de mulher e recebo, no peito, nas costas e em partes que o decoro me impede de mencionar, uma chuva negra e escaldante. Uma das comissárias de bordo (não é politicamente correto dizer "acromoça") derramou um bule de chá de urubu em cima de mim. Não foi uma experiência das mais emocionantes, como sabe qualquer pessoa que tenha tomado um banho de café americano. Grande embaraço no pessoal de bordo, comissárias ajoelhadas, esfregando soda gelada em mim. Também não é bom tomar banho de soda gelada depois de um banho de café – é uma coisa ou outra. Mas – milagre – o café encharcou os meus últimos cigarros. Bênção divina. Como eram americanas e sabem que americano processa até quem esbarra nele, a tripulação ficou preocupadíssima e me subornou com presentes variados. Aceitei todos.

E fiquei com a receita para deixar de fumar. Basta você fazer esse voo para San José e aguardar o momento em que será cozinhado em café. Não pode haver quem não se beneficie desse tratamento, para não falar nos presentes. Desci em Dallas triunfantemente envolvido por cheiro de café e manchado até a careca. Depois da viagem cafeodorada (ofereço este neologismo a meu confrade Antonio Houaiss), é só comemorar, tomando um uisquinho e filando um cigarro do dinâmico Henrique Caban. Amanhã, ele, o Cabral e eu deixamos de fumar de uma vez por todas.

João Ubaldo Ribeiro é escritor.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, na semana passada, o Presidente da Organização Mundial de Saúde, a conceituada OMS, fez um alerta que nos deixou preocupados. Refiro-me ao fato, Sr. Presidente, dessa Organização ter liberado informações mencionando a possibilidade de o Brasil ter um novo e sério surto de peste bubônica, doença que, como sabemos, matou milhares de brasileiros nas décadas de 20 e 30, e que se acreditava totalmente erradicada.

Hoje, para maior preocupação nossa, li, no **Correio Brasileiro**, declarações feitas pelo Presidente da Fundação Nacional da Saúde – FNS, Dr. Álvaro Antonio Machado, em que ele se mostra extremamente categórico. De acordo com a referida publicação – trata-se de matéria assinada pela jornalista Deuza Lopes –, diz o Dr. Álvaro:

"Enquanto o quadro de miséria do País permanecer inalterado, doenças endêmicas, como a cólera e a dengue, não desaparecerão. Epidemias poderão sempre ocorrer, persistindo o inchaço da pobreza na periferia dos grandes centros urbanos."

E acrescenta o Presidente da FNS:

"Face dos repetidos surtos que vêm acontecendo de 1982 em diante, dificilmente pode-se falar da erradicação de doenças endêmicas no País."

E diz mais adiante:

"Além da cólera e da dengue, os brasileiros têm de resistir aos ataques da malária, tuberculose, doença de Chagas, hanseníase (lepra) e agora convive com o possível retorno de um temido fantasma: a Organização Mundial de Saúde revelou que, dentro de dois ou três anos, o Brasil poderá voltar a conviver com uma epidemia da peste bubônica (transmitida pela pulga do rato). Dessas doenças, somente o mal de Chagas ainda não tem tratamento eficaz."

É certo, Sr. Presidente, que, assim como acontece com o cólera, a peste bubônica já tem hoje tratamento, graças, inclusive, ao desenvolvimento da medicina e, de modo especial, ao enorme desenvolvimento que tiveram as pesquisas no campo de antibióticos.

Hoje, a peste bubônica já não mata com a mesma intensidade, por exemplo, do início do século. As taxas de letalidade estão extremamente baixas, mas isso não nos deve deixar de preocupar, sobretudo se considerarmos o quadro de pobreza em que vive ainda o nosso País, e se considerarmos que, com o incremento da população, essencialmente nos grandes centros urbanos, ficou muito mais fácil a propagação dessas doenças, trazendo consequências imprevisíveis.

**O Sr. Josaphat Marinho** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCO MACIEL** – Pois não. Ouço, com prazer, o nobre Senador Josaphat Marinho.

**O Sr. Josaphat Marinho** – Nobre Senador Marco Maciel, também li essa notícia a respeito da peste bubônica, que me deixou preocupado, tanto mais porque outras notícias de algum tempo, mas recentes, indicam também o recrudescimento da tuberculose no País. São doenças de massa, e isso é grave para o País, sobretudo em face da particularidade a que V. Ex<sup>a</sup> acaba de se referir, do empobrecimento da população. Na medida em que a população estiver depauperada, mais essas moléstias encontram ambiente para expandir-se. A advertência de V. Ex<sup>a</sup> é muito oportuna, sobretudo porque o Governo deve estender seus cuidados a outros setores.

**O SR. MARCO MACIEL** – Acolho, com muita satisfação, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Josaphat Marinho, sobretudo porque, como há de se recordar V. Ex<sup>a</sup>, quando há anos se falou da eventualidade de uma epidemia de cólera em nosso País, muitos entenderam que se tratava de uma preocupação que não teria maiores fundamentos, e, atualmente, estamos convivendo com o problema do cólera e com taxas de letalidade relativamente altas, principalmente na região mais pobre do País, que é o Nordeste.

As estatísticas nem sempre exprimem todo o quadro, por serem precárias e pelo fato de, muitas vezes, a morte estar associada não apenas ao cólera, mas também a uma outra doença de que eventualmente o falecido seja portador.

Entendo que, se uma instituição como a Organização Mundial de Saúde faz essa advertência, lança esse alarme, não há por que o Governo, principalmente o Governo central, não tomar logo as providências que se impõem, sobretudo se considerarmos que, como lembrou com propriedade V. Ex<sup>a</sup>, os níveis de empobrecimento da sociedade brasileira se ampliaram muito nesta última década. E isso, em parte, explica-se inclusive pelos patamares extremamente elevados das taxas de inflação; e, em consequência disso, pelos baixos níveis de crescimento do País.

O Brasil, que teve nas décadas de 50 a 80 taxas médias de crescimento superiores a 7% ao ano, de 1982 para cá, convive com taxas decrescentes. Junto a isso, vemos a taxa demográfica crescer algo superior a 2% ao ano.

Isso tudo agrava o quadro social brasileiro e, conseqüentemente, as condições sociais de vida do nosso povo, sobretudo no que diz respeito à saúde.

Esses fatos levam-nos a refletir sobre grandes prioridades. A primeira é lembrar ao Governo Federal, estendendo essa observação aos governos estaduais e municipais, que se deve considerar em primeiro plano o tratamento das questões sociais, de modo especial aquelas ligadas à educação e à saúde. Se providências não forem tomadas com a devida rapidez, certamente iremos conviver com taxas mais altas de letalidade, motivadas por doenças que já não existem mais na maioria dos países da comunidade internacional e que, inexplicavelmente, estão retornando ao nosso País.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Josaphat Marinho, alertou para o fato de que, ao lado disso, ainda se observa, por exemplo, o crescimento da tuberculose, cujo tratamento já se faz, graças ao isolamento do bacilo de Koch, com extremas condições de êxito. Mas esse recrudescimento da tuberculose deve-se, em grande parte – e mais uma vez voltamos à questão –, ao baixo nível de satisfação social em que vivem largas parcelas de nossa população, sobretudo aquelas que vivem hoje nos grandes centros em condições promíscuas, ensejando o alastramento dessas doenças que, de forma endêmica,

ainda açoitam nosso País.

A outra observação que gostaria de fazer, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, diz respeito à necessidade de, nos foros internacionais, lutarmos para melhorar as condições de desenvolvimento de nosso povo.

Na semana passada, ao tempo em que a OMS fazia seu alerta, reunia-se em nosso País, em Belém, a Assembléia Geral da OEA – Organização dos Estados Americanos. O que observamos durante a reunião da OEA, pela palavra de chanceleres de três países – Guiana, Paraguai e Venezuela –, foi uma denúncia extremamente grave sobre o agravamento das relações entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

O Chanceler da Guiana, Clement Rohee, observou com propriedade:

"A questão da pobreza está intrinsecamente ligada ao programa de desenvolvimento econômico da região. A pobreza é um fator destabilizador do processo democrático", declarou enfaticamente o chanceler. "Infelizmente, os prognósticos para o futuro da economia não parecem muito positivos."

O representante do Paraguai, Ramirez Boettner, deixou, segundo registro dos jornais, a platéia ainda mais perplexa. Disse ele:

"Não devemos perder de vista o fortalecimento do pan-americanismo para lutar pelo progresso social e o desenvolvimento econômico de todos e de cada país. Devemos levar em conta que a pobreza e a miséria, se não tratadas e combatidas com vontade, coragem e inteligência, degeneram irremediavelmente em perigosos caldos de cultivo de discórdia popular e instabilidade política."

Cito, textualmente, o chanceler paraguaio:

"O velho modelo da história da humanidade, que dividia e alienava povos do mundo em função da sua filiação a tal ou qual ideologia política se partiu definitivamente, mas deu lugar a uma nova e crucial realidade universal: há uma brecha cada vez mais ampla e preocupante que nos separa em países ricos e países pobres. Aqueles cada vez mais ricos e estes cada vez mais pobres."

E denunciou:

"Antes, nunca faltaram os recursos para financiamentos externos de guerra e do armamentismo. Hoje, a ajuda internacional para afiançar a democracia e aliviar a pobreza se apresenta condicionada."

O chanceler venezuelano, tocando no mesmo tema, investiu contra aquilo que ele classificou de "atitude contraditória dos países industrializados" e contra o protecionismo, que, segundo ele, estaria voltando.

Observou o chanceler, em determinado momento do seu pronunciamento, depois de denunciar, obviamente, o retorno das barreiras protecionistas e mostrar que, de alguma forma, a América Latina abriu seus mercados e eliminou a política de subsídios: "Em contrapartida, é pouco o que temos recebido, já que as exportações da região, entre 1985 e 1992, passaram de 92 bilhões de dólares para 126 bilhões de dólares, enquanto as importações quase triplicaram, subindo de 58 para 132 bilhões de dólares".

E conclui:

"Em consequência disto, a balança comercial da

América Latina e do Caribe foi deficitária, com uma participação no comércio internacional mundial de apenas 3,6% – nos anos 50 era de 12% –, a mais baixa do século."

Isso quando se sabe, Sr. Presidente, que, no passado, foi bem maior, superior a 10, 12%.

Tudo isso, Sr. Presidente, nos faz refletir também sobre essa questão internacional: é necessário que os países do Primeiro Mundo, que têm acesso e influência sobre as instituições de financiamento internacional, que dispõem de maior e melhor tecnologia, olhem essas questões dos países em desenvolvimento, sobretudo questões graves que envolvem diretamente a vida desses povos, e busquem ajudá-los, através de organizações internacionais, como a OMS – Organização Mundial da Saúde, ou organizações regionais, como a OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde, dando-lhes inclusive os meios financeiros para, quem sabe, de alguma forma contribuir para minimizar o fosso, inclusive social, que separa as nações mais desenvolvidas das menos desenvolvidas.

**O Sr. Josaphat Marinho** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCO MACIEL** – Ouço, mais uma vez, com prazer, V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Josaphat Marinho.

**O Sr. Josaphat Marinho** – Estimo bastante ouvi-lo neste instante e nesta passagem do seu discurso, em que V. Ex<sup>a</sup> alia o problema do crescimento econômico com o do desenvolvimento social; a experiência realmente do nosso tempo está a nos mostrar que não basta que aumentem as riquezas nos países ou nos continentes a que eles pertencem. Ainda agora, li notícia sobre o desenvolvimento europeu, em que trabalhadores portugueses objetavam a necessidade de maior proteção ao seu trabalho e aos seus interesses. Não bastava que Portugal se empolgasse com a entrada na Comunidade Européia, era preciso que o desenvolvimento comum fosse também forma de resguardo do interesse dos trabalhadores, ou seja, da melhor distribuição das riquezas dentro de cada país. V. Ex<sup>a</sup> acaba de chamar atenção para o problema de importação e de exportação, e, ao mesmo tempo, se volta, com rigorosa propriedade, à necessidade de intervenção de órgãos que visam diretamente à sociedade, como a Organização Mundial de Saúde, de maneira que se concilie o crescimento econômico com o desenvolvimento social, porque somente na junção dos dois elementos os povos encontrarão condições de viver efetivamente em paz. Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. MARCO MACIEL** – Sou eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Josaphat Marinho, o substancioso aparte com que V. Ex<sup>a</sup> me honrou.

Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que concordo integralmente com a observação que V. Ex<sup>a</sup> faz a respeito daquilo que nós devemos considerar como verdadeiro desenvolvimento. Não se pode realmente considerar desenvolvimento o mero crescimento econômico. A idéia de crescimento passa sempre a sensação de expansão de bens materiais, ou seja, crescimento sempre se liga a incremento de PIB. O PIB de um determinado país pode crescer ou pode ter crescido, mas isso não quer dizer que, necessariamente, tenha melhorado a condição de vida de seu povo.

Então, acredito que um verdadeiro desenvolvimento é aquele que permite – como certa feita lembrou uma recente encíclica papal – o crescimento de todos e de cada um. Isso significa dizer que o desenvolvimento está associado a um componente social, ou seja, que olha o nível de satisfação das necessidades básicas da população.

Daí por que, mais do que preocupados com o PIB, devemos estar preocupados com o que hoje chamamos de IDH, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano. Se formos olhar o IDH de alguns países, inclusive o Brasil, vamos verificar que nos posicionamos numa condição extremamente débil, para não dizer vexatória.

Recentemente, uma publicação da Organização das Nações Unidas, medindo o IDH relativo a 1993, mostrou que estamos numa posição extremamente precária, exibindo inclusive dados que deixam o Brasil em penúltimo lugar em concentração de rendas. Isso é tanto mais grave quando sabemos que vive, larga parcela da nossa população, em condições de pobreza absoluta, para não dizer de miséria. Nós, inclusive em questão de concentração de renda, fomos vice-campeão no levantamento feito pela ONU, relativo a 1993, só perdendo para um país da África, Botsuana. Todos os demais países tiveram nível de distribuição de renda melhor do que o brasileiro.

Tudo isso nos faz pensar sobre medidas que devem ser adotadas em relação ao desenvolvimento do País, incluindo também, neste caso, o papel que essas organizações internacionais devem desempenhar na melhoria das condições de vida dos países em desenvolvimento, sobretudo organizações que, de alguma forma, estão mais próximas do nosso País, como é o caso da Organização dos Estados Americanos.

A OEA, que há bem pouco tempo teve como Secretário-Geral um ilustre brasileiro, o diplomata Baena Soares, precisa olhar com mais cuidado para a sorte dos países da América Latina e, de modo especial, para os países sul-americanos, que estão exibindo baixíssimas condições de satisfação das necessidades sociais básicas.

Mas, Sr. Presidente, voltando ao raciocínio que expendia anteriormente, gostaria de lembrar que, na última assembléia geral da OEA – que, significativamente, realizou-se em nosso País, e durante a qual foi eleito o novo Secretário-Geral, cuja escolha recaiu sobre o Presidente da Colômbia, César Gaviria –, observou-se que a OEA já dispunha de mecanismos para reagir frente a ditaduras e rupturas de ordem constitucional, da Terra do Fogo até o Alasca. Faltam-lhe, todavia – observou-se também na ocasião –, instrumentos mais eficazes de combate à miséria, de melhoria das condições de vida de vastas parcelas das populações que vivem na área de atuação da OEA.

Registradas essas observações, Sr. Presidente, e antes de concluir o meu pronunciamento, gostaria de fazer duas sugestões, ambas, naturalmente, dirigidas ao Governo Federal.

A primeira, Sr. Presidente, no sentido de se adotar providências para evitar que tenhamos no País a possibilidade de epidemia de peste bubônica, em face dos danos sociais que ela pode provocar, sobretudo se considerarmos que o crescimento brasileiro nas últimas décadas deu-se nos grandes centros urbanos, e isso, de alguma forma, torna mais fácil a propagação da referida doença, podendo provocar, conseqüentemente, taxas muito elevadas de mortalidade, ainda que a doença hoje, como fiz questão de lembrar, graças ao progresso da medicina, esteja sob controle e acarrete taxas de letalidade mais baixas.

A segunda observação que faria ao Governo Federal, Sr. Presidente, volta-se para o posicionamento do próprio Governo e o do Ministério das Relações Exteriores junto às organizações internacionais com vista a que os países menos desenvolvidos, como é o caso do Brasil – os chamados países do Terceiro Mundo –, tenham um maior acesso às fontes de financiamento internacional principalmente para implementar programas de atendimento às necessidades sociais básicas.

Como se sabe, no território da saúde são fundamentais investimentos na área de abastecimento de água e de saneamento.

Sabe-se que o Brasil precisa investir muito nessa área, para que possamos dar um mínimo de condição de higiene a vastas parcelas da população que não têm água tratada e nem as mínimas condições de saneamento onde residem.

**O Sr. Josaphat Marinho** – V. Exª permite-me uma nova intervenção?

**O SR. MARCO MACIEL** – Pois não, nobre Senador Josaphat Marinho.

**O Sr. Josaphat Marinho** – É só para ir ao encontro do pensamento de V. Exª e para lembrar o proveitoso trabalho que o Governo Dutra, com a assistência do Ministro Clemente Mariani, desenvolveu no saneamento, ao longo de toda a bacia do rio São Francisco, com resultados altamente vantajosos até hoje.

**O SR. MARCO MACIEL** – V. Exª tem razão, nobre Senador Josaphat Marinho. Às vezes, providências que não importam em grande desembolso financeiro produzem resultados muito importantes e conseguem eliminar ou erradicar a possibilidade de moléstias que infelicitam largas parcelas da população, sobretudo as mais pobres, o que é mais grave, porque são as que têm menos defesas e menos condições de enfrentar essas endemias ou as epidemias.

**O Sr. Magno Bacelar** – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Marco Maciel?

**O SR. MARCO MACIEL** – Ouço V. Exª, nobre Senador Magno Bacelar, ilustre Líder do PDT nesta Casa.

**O Sr. Magno Bacelar** – Nobre Senador Marco Maciel, tem razão o nobre Senador Josaphat Marinho quando ressalta a importância do pronunciamento de V. Exª nesta tarde. Todavia, peço vênica para, em concordando com 90% do que disse V. Exª, principalmente sobre a gravidade da situação, discordar quanto ao apelo que se faz necessário, mas que não julgo que seja o mais importante com relação a se esperar das organizações internacionais as soluções para os nossos problemas que, no nosso entendimento, decorrem da falta de compromisso dos governos federal, municipal e estadual porque os administradores, de modo geral, não gostam de fazer obras de saneamento, principalmente de água e esgoto, cujas tubulações ficam enterradas e não rendem votos. Não há um compromisso social com a solução desses problemas que se tornaram endêmicos, principalmente pelo êxodo rural que inchou nossas cidades. Hoje, vi num programa de televisão as imagens das ruas principais do Recife. Elas estavam totalmente debaixo d'água porque a galeria de esgotos não foi atualizada, é muito antiga. São Luís do Maranhão ainda tem o sistema de esgotos construído no final do século passado e início deste século. Esse problema agravou-se, como salientou V. Exª, devido ao empobrecimento da população. Creio que precisaríamos de uma distribuição de renda mais justa e do compromisso dos governantes com o que é básico para o País. O empobrecimento da nossa população e a queda do produto de exportação dá-se exatamente pela falta de preparo do nosso operário e de incentivo à produção. Não temos condições de competir com o mercado internacional porque nossos preços são mais altos e a qualidade dos produtos é ruim. V. Exª tem razão quando diz que precisamos criar condições para que este País se desenvolva o que não acontecerá com obras de fachada demagógica, em véspera de eleição, ou simplesmente com a distribuição de cestas básicas que não ajudam ninguém, pelo contrário, viciam e desmoralizam a cidadania porque é a perpetuação da pobreza para imortalizar o mando de muitos que se mantêm no poder. Lamento que o Senado Federal esteja tão vazio e com razão. Discordo dessa convocação de hoje à tarde diante da decisão do Governo Federal em decretar ponto facultativo à tarde e, ao mesmo tempo, convocar o Congresso Nacional. Decisão esta que, no nosso entendimento, é até uma tentativa de desmoralizar esta Casa. A importância

do discurso de V. Ex<sup>a</sup> haverá de ficar registrada nos Anais e eu desejo que esse discurso chegue aos ouvidos do Presidente da República para que Sua Excelência acorde enquanto é tempo. Parabéns, nobre Senador.

**O SR. MARCO MACIEL** – Senador, V. Ex<sup>a</sup> trouxe uma excelente contribuição às palavras que estou proferindo sobre a questão social brasileira e, de modo especial, à discussão sanitária brasileira que se expressa, de alguma forma, pelo retorno de algumas doenças de massa que atingem largas parcelas da população, sobretudo as mais pobres.

Realmente, não se tem mentalidade no País para se investir em obras de saneamento porque seriam obras que não dão voto, pois não aparecem e que, conseqüentemente, por terem baixa visibilidade, não interessam a muitos dos administradores. Não somente de administradores federais, mas sobretudo aos administradores estaduais e municipais. É necessário que nós nos curemos desse defeito e passemos a investir mais nessas áreas que são estratégicas para o desenvolvimento de um país. Entendemos desenvolvimento como o atendimento dessas grandes necessidades sociais da nossa população.

E já que estávamos falando em saneamento, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é importante lembrar que, segundo dados da própria Fundação Nacional de Saúde, o País teria que investir, para assegurar as mínimas condições básicas de saneamento às populações, cerca de 12 bilhões de dólares num período não superior a oito anos. E nós sabemos, Sr. Presidente, que são muito modestas as dotações voltadas para a área de saúde e de saneamento básico.

Encerrando as minhas palavras, faria um apelo para que se examinasse essa questão do saneamento básico. Gostaria que o Governo brasileiro não somente alocasse mais recursos para esse setor, mas que também fizesse gestões junto a organizações internacionais no sentido de obter financiamentos para essas áreas, ou seja, quer junto ao Banco Mundial, quer junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, ou mesmo junto a outras organizações internacionais que, embora dispondo de recursos menos volumosos – nem por isso são desprezíveis –, poderiam concorrer para a melhoria da condição de vida do nosso povo.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo, pois, este apelo ao Governo Federal para que, de um lado, adote providências preventivas, profiláticas, para enfrentar a situação, caso ocorra, como vem de ser denunciado pela OMS, epidemia de peste, bubônica e, de outro, faça gestões no sentido de obter, junto às organizações financeiras internacionais, recursos que permitam, conseqüentemente, melhor tratar a questão social brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, neste final de semana, ou seja, entre os dias 17 e 19 de junho, realizou-se na cidade de Iquique, no Chile, um congresso do Parlamento Latino-Americano sobre Processos de Integração. Lá, ao lado do Deputado Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil, enviado pela Câmara dos Deputados, tive a honra de representar esta Casa do Congresso Nacional.

A nossa intervenção, Sr. Presidente, foi realizada na Comissão de Assuntos Econômicos e Dívida Externa. Na palestra que proferimos naquela Comissão, procuramos, com a maior fidelidade possível, expressar o pensamento que entendemos majoritário no Congresso Nacional, que é francamente favorável ao processo de integração ora em curso na América Latina.

Hoje há inteira coincidência, penso eu, entre a doutrina de relações exteriores adotada pelo Itamaraty e a adotada pelo Congresso Nacional. Dá-se ênfase às vantagens, aos fatores positivos

da integração. Há, sobretudo, o reconhecimento de que, além de questão básica de economia e de mercados, a integração também é política e cultural.

As reuniões do Parlamento Latino-americano têm por objetivo harmonizar o pensamento dos diversos Parlamentos que integram a América Latina, mas, sobretudo, nesse momento, daqueles que integram o Pacto Andino e o Mercosul. Ficou absolutamente claro que há uma legislação a ser, se não uniformizada, pelo menos aproximada entre os diversos países. Nesse momento, em que os mercados se abrem, e as economias se interpenetram e se interdependem de forma cada vez mais franca, aberta, sem barreiras e quase sem limites, ficou evidenciada a importância da lei de propriedade intelectual, que está em curso nesta Casa.

Assumimos com os demais países lá representados, desde o México até o Chile, ou seja, desde a parte hemisférica norte da América Latina até o extremo sul, o compromisso de levar avante no Senado a implementação de uma legislação que tenha, senão absoluta igualdade, pelo menos aproximação ou harmonização com a que está sendo examinada pelo Congresso argentino e aquela que hoje vigora no México.

Sr. Presidente, foram esses os trabalhos e as realizações. Foram, sobretudo, esses os posicionamentos que lá assumimos em nome desta Casa e em nome do Congresso Nacional.

**O Sr. Marco Maciel** – V. Ex<sup>a</sup> permite-me um aparte?

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Concedo o aparte ao nobre Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** – Nobre Senador José Fogaça, permita-me interrompê-lo para, num breve aparte, cumprimentar a delegação brasileira pelo desempenho. Ressalto, de modo especial, o trabalho que V. Ex<sup>a</sup> desenvolveu, porque, como todos sabemos, vivemos num mundo cada vez mais interdependente, e em que se tornam mais assíduas essas reuniões durante as quais muitas questões de interesse do nosso País são tratadas. De mais a mais, verifica-se, a exemplo do que está acontecendo com o Parlamento Europeu, que a tendência é de, cada vez mais, o Legislativo também se afirmar nessas reuniões, ou seja, a presença desse poder é cada vez maior nesses grandes fóruns internacionais. Antigamente, a representação externa, quase sempre, era feita unipessoalmente pelo Chefe de Estado. Os parlamentos, dessas negociações, não participavam, pois não possuíam instrumentos de atuação. Ainda não haviam surgido os mecanismos de ação parlamentar envolvendo os parlamentos de determinadas regiões ou os de todas as regiões, como é o caso, por exemplo, da UPI. Esse é um fato positivo que está abrindo espaço, inclusive, para que o Legislativo também possa ajudar na formulação dessas políticas e, ao mesmo tempo, transmitir as preocupações do seu País.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Obrigado, Senador Marco Maciel, de fato V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Se não houvesse reuniões como essa não saberíamos o que, por exemplo, caracterizou toda a legislação complementar ao plano econômico do Chile, nem o que caracterizou toda a legislação sequencial ao plano econômico, chamado Plano Cavallo, na Argentina, nem, tampouco, toda a legislação que faz referência às instituições sobre as quais se assenta o chamado Mercado Comum do Cone Sul da América Latina – MERCOSUL. Essa legislação é muito ampla, rica e abrangente.

Concluimos que, sem uma lei de propriedade intelectual, ou seja, sem a chamada Lei de Patentes, que seja respeitada na Argentina, no Brasil, no México, no Uruguai, no Chile, no Paraguai, é evidente que haverá dificuldades básicas de mercado, na compra e venda de produtos, que muitas vezes têm marcas distintas em diferentes países e obedecem a regras, estatutos diversos, em situações diversas. De modo que, se não houver esse tipo de reunião internacional, interparlamentar, visando à harmonização dessas legislações



básicas, muito cedo o atravancamento legislativo poderá tornar-se um obstáculo muito forte e impedir que os mercados se ampliem e se unifiquem de forma progressiva, dinâmica e veloz, como vêm fazendo.

V. Exª tem inteira razão. Estamos vivendo hoje um processo de abrangência que não é apenas regional; é supra-regional. O processo de globalização é uma realidade. Cada vez mais, temos de ficar atentos a isso e participar desses fóruns, expondo o pensamento e o posicionamento do Parlamento brasileiro, mas, sobretudo, buscando esta integração político-institucional com os parlamentos dos demais países da América Latina e, quem sabe, no futuro, da América do Norte. É um sonho continental que venhamos a ter um mercado que integre do Alasca à Terra do Fogo.

**O Sr. Marco Maciel** – Permita-me mais uma vez uma breve intervenção, nobre Senador José Fogaça. Tem razão V. Exª quando diz que o Parlatino terá que se transformar, talvez, no Parlatamérica. Não devemos ser apenas uma reunião dos povos latinos das Américas e do Caribe; creio que podíamos pensar já, à semelhança do que ocorre na OEA, num Parlamento que seja mais do que um Parlamento Latino; que seja um Parlamento Americano, envolvendo, naturalmente, a América do Sul, a América Central, o Caribe e a América do Norte – como diz V. Exª, que vá do Alasca à Terra do Fogo. Isso, naturalmente, permitiria uma melhor compreensão dos nossos problemas, porque estariam representados não somente países em desenvolvimento, mas também países do chamado Primeiro Mundo, alguns até dispondo de uma liderança na Comunidade Internacional, como é o caso dos Estados Unidos e do Canadá. Por outro lado, aproveito a ocasião para lembrar a V. Exª que, na próxima quarta-feira, devemos ter um debate sobre essa questão relativa a marcas e patentes. Considero que o mundo, neste final de milênio, caracteriza-se pela grande revolução científica e tecnológica. Consequentemente, o País não pode deixar de ter a sua Lei de Marcas e Patentes que discipline bem a questão da propriedade intelectual – da propriedade industrial, como outros chamam –, de tal maneira que os nossos interesses sejam defendidos, proporcionando-nos, ao mesmo tempo, melhor acesso aos mercados internacionais. O Brasil tem trabalhado com alguma restrição para a colocação de seus produtos, por força da inexistência na lei específica sobre marcas e patentes. Portanto, penso que cabe a nós, no Senado, já que o projeto se encontra em apreciação nesta Casa, darmos alguma prioridade à discussão dessa lei, buscando fazer a lei que mais convém à nossa realidade e aos nossos problemas, de tal sorte que possamos, em resolvendo essa questão, dar uma contribuição do Congresso ao enfrentamento das questões muito agudas que temos no campo do desenvolvimento. Devemos ver essa questão dentro de um enfoque mais amplo de país que se insere no mundo, que se globaliza e que, consequentemente, cada vez mais, se vê forçado a enfrentar a competitividade e interesses que se opõem ao interesse brasileiro, muitas vezes interesses de nações em condições econômicas e financeiras mais fortes que as do nosso País.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Senador Marco Maciel, mais uma vez, agradeço a sua intervenção, que contribui muito para o que objetivamos dizer nesta intervenção.

Para encerrar, Sr. Presidente, e também fazendo coro com as palavras o Senador Marco Maciel, quero afirmar que não tenho nenhuma dúvida de que os dois temas que serão prioritários para o Senado, neste segundo semestre legislativo, serão a Lei de Patentes e a Lei de Concessões Públicas, que esta Casa ainda não resolveu. Precisamos desatá-las, porque fazem parte de uma pauta importantíssima de modernização institucional do País.

Com isso, Sr. Presidente, faço o meu relatório da presença que tivemos no Congresso do Parlamento Latino-Americano, realizado neste fim de semana, na cidade de Iquique, no Chile.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício CT-RA nº 36/94, de 20 do corrente mês, do Sr. Magno Bacelar, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão Temporária criada nos termos do art. 33 do Regimento Interno, destinada a instruir a Representação da Mesa do Senado Federal contra o Senador Ronaldo Aragão.

É o seguinte o Ofício recebido:

Of. CT-RA-Nº 36/94

Brasília, 20 de junho de 1994

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência os autos da Representação s/nº, de 1994, de autoria da Mesa do Senado Federal, contra o Senador Ronaldo Aragão, formulada com base no art. 55, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 32, do Regimento Interno desta Casa, contendo IV Volumes com 1.434 fls. e VI Apenso, com 1.333 fls. sendo que o Apenso VI, contém documentos sigilosos e recebeu o tratamento legal e regimental adequado.

A Comissão realizou 11 (onze) Reuniões e deixou de se reunir 5 (cinco) vezes por falta de número.

A Comissão, em todas as oportunidades em que se reuniu, assegurou a mais ampla defesa ao Representado, garantindo-lhe todos os prazos legais e regimentais, e examinou, criteriosamente, os requerimentos e diligências solicitadas, tendo, nesse passo, ouvido o Representado e 8 (oito) das 10 (dez) testemunhas arroladas. As 3 (três) diligências requeridas pelo Representado foram deferidas e realizadas, sendo 1 (uma) de caráter interno e 2 (duas) de caráter externo. Apreciou, ainda, 1 (um) recurso.

Vale esclarecer que, relativamente às 2 (duas) testemunhas que deixaram de ser ouvidas, uma não respondeu ao convite para designar dia, hora e local para o depoimento (art. 221-CPP) e, no tocante à outra, houve desistência por parte da defesa (art. 404-CPP).

Nas reuniões da Comissão, o Representado e seu Advogado usaram da palavra pelo prazo necessário para expor sua defesa, requerer e protestar sem nenhuma restrição.

Finalmente, no dia 8 do corrente, em reunião secreta realizada às 11 horas, apreciando o relatório apresentado pelo Relator, Senador Dirceu Carneiro, a Comissão, em votação secreta, aprovou o relatório final, por 5 (cinco) votos Sim e 2 (dois) Não. O Relatório concluiu pela proposição ao Plenário desta Casa de projeto de resolução que "Declara a perda de mandato do Senador Ronaldo Aragão", tendo o mesmo sido publicado em avulsos e no **Diário do Congresso Nacional**, Seção II, de 10-6-94.

Ao dar por encerrado o mister que o Plenário confiou a esta Comissão, registro o espírito público, a dedicação e zelo dos Senhores Senadores membros deste Órgão, que conseguiram concluir a tarefa para a qual foram designados, em prazo inferior ao que lhes foi concedido regimentalmente, sem qualquer prejuízo para a defesa e para a qualidade dos trabalhos.

Devo registrar, ainda, a participação e apoio dos diversos Órgãos desta Casa, como a Subsecretaria de Taquigrafia, a Assessoria, a Secretaria Legislativa e a Subsecretaria de Comissões que, sempre dedicados, emprestaram à Comissão irrestrito apoio. Contou, ainda, essa Comissão com o apoio do Tribunal



de Contas da União, por intermédio de servidora especialmente requisitada.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Magno Bacelar**, Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Não há mais oradores inscritos.

A Presidência dispensa, na presente sessão, o período correspondente à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 15h, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

– 1 –

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53 DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 53, de 1994 (apresentando como conclusão do Parecer nº 161, de 1994, da Comissão Temporária criada nos termos do art. 33 do Regimento Interno), que declara a perda do mandato do Senador Ronaldo Aragão.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 15h26min.)*

**MESA****Presidente**

Humberto Lucena \_ PMDB \_ PB

**1º Vice-Presidente**

Chagas Rodrigues \_ PSDB \_ PI

**2º Vice-Presidente**

Levy Dias \_ PTB \_ MS

**1º Secretário**

Júlio Campos \_ PFL \_ MT

**2º Secretário**

Nabor Júnior \_ PMDB \_ AC

**3º Secretário**

Júnia Marise \_ PRN \_ MG

**4º Secretário**

Nelson Wedekin \_ PDT \_ SC

**Suplentes de Secretário**

Lavoisier Maia \_ PDT \_ RN

Lucídio Portella \_ PDS \_ PI

Beni Veras \_ PSDB \_ CE

Carlos Patrocínio \_ PFL \_ TO

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Pedro Simon

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Mauro Benevides

**Vice-Líderes**

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Mário Covas

**Vice-Líder**

Jutahy Magalhães

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Marco Maciel

**Vice-Líderes**

Odacir Soares

**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

José Paulo Bisol

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Jonas Pinheiro

**Vice-Líder**

Valmir Campelo

**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Magno Bacelar

**LIDERANÇA DO PRN****Líder**

Ney Maranhão

**Vice-Líder**

Áureo Mello

**LIDERANÇA DO PP****Líder**

Irapuan Costa Júnior

**LIDERANÇA DO PPR****Líder**

Epitácio Cafeteira

**Vice-Líderes**

Affonso Camargo

Esperidião Amim

Moisés Abrão

**LIDERANÇA DO PT****Líder**

Eduardo Suplicy

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva  
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa  
Anexo das Comissões - Ramal 4315

## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras  
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Márcio Lacerda Vago	MT-3029	Vago Vago	
PFL			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
PSDB			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94
PTB			
Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81
PDT			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
PRN			
Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
PSB / PT			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia			
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341			
Sala de reuniões: 3652			
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.			
Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa			

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha  
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

**PSDB**

Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

**PTB**

Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63

**PDT**

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

**PRN**

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92

**PDC**

Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------	-----------------	---------------	------------

**PDS**

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

**PP**

Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

**PT/PSB**

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

**Secretário:** Dirceu Vieira M. Filho

**Ramais:** 311-3515/3516/4354/3341

**Reuniões:** Terças-feiras, às 10 horas

**Local:** Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa \_ Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES  
E DEFESA NACIONAL \_ CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)  
Presidente: Alfredo Campos  
Vice-Presidente: Hydekkel Freitas

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

**PFL**

Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekkel Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98

**PSDB**

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

**PTB**

Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

**PDT**

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

**PRN**

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215
---------------	------------	----------------	--------------

**PDC**

Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
---------------	------------	--------------------	------------

**PP**

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

**PDS**

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
-------------------	------------	------------------	------------

**Secretário:** Paulo Roberto Almeida Campos

**Ramais:** 3496 e 3497

**Reuniões:** Quintas-feiras, às 10 horas

**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa \_ Anexo das Comissões \_ Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE  
INFRA-ESTRUTURA \_ CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)  
Presidente: Dario Pereira  
Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

**PFL**

Dario Pereira	RN/3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekkel Freitas	RJ-3082/83	Vago	

**PSDB**

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	

**PTB**

Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	

**PDT**

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

**PRN**

Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
----------------	------------	---------------	------------

**PDC**

Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
---------------	------------	--------------	------------

**PDS**

Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
------------------	------------	-----------------	------------

**PP**

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

**Secretário:** Celson Parente \_ Ramais 3515 e 3516

**Reuniões:** Terças-feiras, às 14 horas

**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa \_ Anexo das Comissões \_ Ramal 3286

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO \_ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)  
Presidente: Valmir Campelo  
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

## Titulares

## Suplentes

### PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

### PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

### PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

## PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Louremberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

## PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

## PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

## PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

## PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

## PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

## PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

**Secretária:** Mônica Aguiar Inocente

**Ramais:** 3496/3497

**Reuniões:** Quintas-feiras, às 14 horas

**Local:** Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa \_ Ramal 3121

## SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

### Novas Publicações

#### ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra Elaborando a Constituição Nacional, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

#### LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

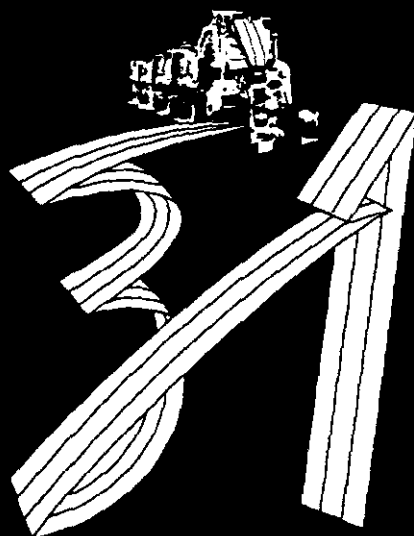
Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

**CENTRO GRÁFICO  
DO SENADO FEDERAL**



**A N O S**  
**1963 1994**

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA  
DO CONGRESSO NACIONAL**

**EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS**